

Sul América Companhia de Seguro Saúde
CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418 emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgações da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas a ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeiras anuais, também pelo método direto.

1. Conjuntura econômica: Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injecção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alavancando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando maior consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituinto na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de 2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas. As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

2. Principais informações financeiras:

Resultado (R\$ milhões)	2017	2016	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	13.581,7	12.091,4	12,3%
Sinistros retidos	(10.957,9)	(9.805,6)	-11,8%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	2.623,9	2.285,8	14,8%
Resultado bruto	2.254,5	1.970,0	14,4%
Resultado financeiro líquido	444,1	547,4	-18,9%
Resultado patrimonial	184,1	142,8	29,0%
Resultado antes dos impostos e participações	1.251,1	1.209,5	3,4%
Resultado Líquido	850,9	821,3	3,6%

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016	
Circulante		4.693.817	4.228.503		Passivo		3.049.357	2.682.071
Disponível	–	32.140	18.069		Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	2.615.919	2.280.429
Realizável	–	4.661.677	4.210.434		Provisão de prêmios	–	347.231	300.623
Aplicações financeiras	5	4.029.396	3.685.906		Provisão de prêmios não ganhos	–	323.189	276.240
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	2.526.845	2.298.431		Provisão para remissão	–	24.042	24.383
Aplicações livres	–	1.502.551	1.387.475		Provisão de sinistros a liquidar para SUS	–	27.037	20.839
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	265.112	233.760		Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	1.521.936	1.383.152
Prêmio a receber	6.1	251.705	223.655		Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	719.715	575.815
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	13.407	10.105		Débitos de operações de assistência à saúde	–	68.841	70.328
Despesas diferidas	7	197.110	147.748		Prêmios a Restituir	–	219	47
Créditos tributários e previdenciários	8	36.152	53.480		Comercialização sobre operações	–	22.515	16.386
Bens e títulos a receber	9	131.275	86.261		Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	46.107	53.895
Despesas antecipadas	–	2.632	3.279		Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	13.628	22.121
Não circulante	–	4.494.280	3.660.873		Provisões	–	52.606	61.523
Realizável a longo prazo	–	2.298.437	1.963.297		Provisões para IR e CSLL	–	7	2
Aplicações financeiras	5	–	1.950		Tributos e encargos sociais a recolher	–	90.465	69.072
Aplicações livres	–	–	1.950		Empréstimos e financiamentos a pagar	17	1.161	999
Créditos tributários e previdenciários	8	106.849	92.351		Débitos diversos	18	206.737	177.599
Despesas de comercialização diferidas	7	472.360	385.544		Não circulante	–	1.298.877	1.048.356
Ativo fiscal diferido	8	299.341	249.068		Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	54.706	36.850
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	1.418.087	1.232.707		Provisão para remissão	–	28.367	21.880
Outros créditos a receber a longo prazo	–	1.800	1.677		Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	26.339	14.970
Investimentos	–	2.059.445	1.567.794		Provisões	–	237.094	175.658
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	–	2.059.445	1.567.794		Provisões para ações judiciais	15.2	237.094	175.658
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde	10	409.907	291.656		Tributos e encargos sociais a recolher	–	1.005.102	832.712
Participações societárias - Outros investimentos	10	1.649.538	1.276.138		Empréstimos e financiamentos a pagar	17	1.930	3.091
Imobilizado	–	36.952	41.348		Débitos diversos	18	45	45
Imobilizado de uso próprio	–	20.270	22.560		Patrimônio líquido	19	4.839.863	4.158.949
Bens móveis - Não hospitalares/odontológicos	–	20.270	22.560		Capital social	–	2.785.708	2.277.208
Imobilizado em curso	2	–	–		Reservas	–	2.407.109	2.266.230
Outras imobilizações	–	16.680	18.788		Reservas de capital	–	(39.913)	(39.913)
Intangível	11	99.446	88.434		Reservas de lucros	–	2.447.022	2.306.143
Total do ativo		9.188.097	7.889.376		Ajustes de avaliação patrimonial	–	8.099	(23.436)
					Ações em tesouraria	–	(361.053)	(361.053)
					Total do passivo		9.188.097	7.889.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2017	2016
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	–	13.581.732	12.091.386
Receitas com operações de assistência à saúde	–	13.710.012	12.206.321
Prêmios retidos	20.1	13.716.158	12.213.723
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	–	(6.146)	(7.402)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	–	(128.280)	(114.935)
Sinistros retidos	–	(10.957.879)	(9.805.574)
Sinistros conhecidos ou avisados	20.2	(10.813.979)	(9.868.380)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	(143.900)	62.806
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	–	2.623.853	2.285.812
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	16.533	33.905
Outras receitas operacionais	–	16.533	33.905
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	20.5	(358.365)	(336.080)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	–	(264.087)	(252.352)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	–	(782)	(863)
Provisão para perdas sobre créditos	–	(93.496)	(82.865)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	20.5	(27.517)	(13.638)
Resultado bruto	–	2.25	

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
Resultado líquido do exercício		850.879	821.285
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	21	479	(602)
Efeitos fiscais	21	(192)	241
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	21	5.309	494
Efeitos fiscais	21	(2.094)	(272)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	28.033	69.976
Componentes do resultado abrangente		31.535	69.837
Resultado abrangente do exercício		882.414	891.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)		
--	--	--

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE denominada (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada (SALIC) com 64,15% de ações ordinárias e 69,98% de ações preferenciais, com participação total de 65,59%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA), que detém 100% do capital total da Companhia, sendo 34,41% de participação direta e 65,59% de participação indireta através de suas subsidiárias. A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulaspapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total, e publicou em 28 de fevereiro de 2018 no jornal Valor Econômico - Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **1.1. Incorporação da Sul América Saúde Companhia de Seguros:** Em 30/11/2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta Sul América Saúde Companhia de Seguros pela Companhia, visando otimizar a estrutura de seguro saúde. Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado, ao valor contábil na data-base de 31/10/2017:

	R\$ Mil
Ativo	
Circulante	44.834
Disponível	5.178
Realizável	39.656
Aplicações financeiras	39.051
Outros	605
Não circulante	78.478
Realizável a longo prazo	78.478
Créditos tributários e previdenciários	688
Ativo fiscal diferido	13.496
Depósitos judiciais e fiscais	64.294
Total do ativo	123.312
Passivo	
Circulante	298
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	77
Provisões	126
Tributos e encargos sociais a recolher	4
Outros débitos	91
Não circulante	79.156
Provisões	14.295
Tributos e encargos sociais a recolher	64.861
Total do passivo	79.454

2. Apresentação das demonstrações financeiras: **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referenciados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 418 emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgações da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas a ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeiras anuais, também pelo método direto. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Despesas de angariação diferidos (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registrados na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 120 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:**

3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Disponível para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "emprestimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda", e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica "Bens e títulos a receber" e não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.4. Investimentos: Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladoras e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio e deságio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Intangíveis:** **3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)		
	2016 (Reapresentado)	2017
Atividades operacionais		
Recebimento de planos de saúde	13.605.483	12.197.156
Resgate de aplicações financeiras	7.300.826	6.628.443
Recebimento de juros de aplicações financeiras	386.978	260.540
Outros recebimentos operacionais	43.214	348.387
Pagamento a fornecedores / prestadores de serviço de saúde	(10.732.642)	(9.741.905)
Pagamento de comissões	(964.649)	(864.234)
Pagamento de pessoal	(372.067)	(362.270)
Pagamentos de serviços de terceiros	(163.633)	(231.722)
Pagamento de tributos	(577.901)	(614.431)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(82.998)	(131.687)
Pagamento de aluguel	(49.438)	(46.477)
Pagamento de promoção/publicidade	(55.381)	(50.087)
Aplicações financeiras	(7.592.291)	(6.918.134)
Outros pagamentos operacionais	(215.442)	(148.620)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	530.059	324.959
Atividades de investimento		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	826	276
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	95.738	242.880
Outros recebimentos das atividades de investimento	–	130.000
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(5.847)	(3.054)
Pagamento relativos ao ativo intangível	(25.627)	(19.571)
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas (-)	(419.978)	(401.775)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(354.888)	(51.244)
Atividades de financiamento		
Outros recebimentos da atividade de financiamento	–	36
Integralização de capital em dinheiro	40.000	–
Pagamento de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(601)	(331)
Pagamento de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(999)	(3.479)
Pagamento de participação nos resultados/dividendos	(199.500)	(262.634)
Outros recebimentos/pagamentos da atividade de financiamento	–	(988)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(161.100)	(267.396)
Variação líquida do caixa	14.071	6.319
Caixa - Saldo inicial	18.069	11.750
Caixa - Saldo final	32.140	18.069
Ativos livres no início do exercício	1.664.886	1.239.758
Ativos livres no final do exercício	1.714.100	1.664.886
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	49.214	425.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

cios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas"; no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil residual do ativo, líquido de perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. **3.6. Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.7. Empréstimos e financiamentos a pagar:** Leasing financeiro, reconhecido pelos valores de contratação dos bens arrendados, descontados ao valor presente pela taxa de juros implícita no contrato. **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferido no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1^a linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1^a linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2^a linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3^a linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Concentração das operações: Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2017, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios retidos de R\$13.716.158 (R\$12.213.723 em 2016), compreendidas nas seguintes proporções:

UF	Representatividade	
	2017	2016
SP	66,56%	68,65%
RJ	12,71%	11,07%
BA	5,51%	5,54%
PE	5,55%	5,52%
DF	1,98%	1,89%
Outros	7,69%	7,33%
Total	100,00%	100,00%

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Nos negócios de Saúde, particularmente, para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes de prêmios autorizados pelo órgão regulador que sejam insuficientes, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano. Para os demais produtos de Saúde, a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação nas provisões técnicas constituidas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos.

4.2.1. Risco de precificação: Atualmente, a Companhia possui

modelos atuariais específicos de precificação, para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em risco, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. PARP é um

procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, neste processo, às áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviço; formas de saída ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas.

Análise de sensibilidade em saúde: As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio.

Premissas	2017	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(547.827)	(301.305)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(10.272)	(5.650)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(43.294)	(23.812)
Redução de 5% na sinistralidade	547.827	301.305

Premissas	2016	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(490.233)	(269.628)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(7.549)	(4.152)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(38.801)	(21.341)
Redução de 5% na sinistralidade	490.233	269.628
Redução de 5% nas despesas administrativas	7.549	4.152
Redução de 5% nos custos de aquisição	38.801	21.341

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior.

4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:

A gestão das provisões técnicas constituidas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar:

• Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas.

4.3. Riscos de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconómicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
 - Limites de risco;
 - Prazos máximos para alocação dos ativos;
 - Líquidez mínima exigida.
- Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconómico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2017 e 2016.

Alocação dos investimentos:

Indexador	2017	2016
SELIC/CDI	3.724.744	3.533.499
IPCA	219.067	102.702
Ações	37.072	7.615
Outros (a)	47.732	41.079
Total	4.028.615	3.684.895

(a) A categoria "Outros", apresentada em 31/12/2017 e 2016, é composta, basicamente, por fundos de investimento multimercado.

4.3.1. Exposição residual: A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, com o objetivo de otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para mitigar o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição de renda variável e inflação.

Exposição ao risco de renda variável e inflação	2017	2016
Dólares norte americanos	47.265	39.943
Renda variável	37.072	7.615
Indexados a inflação	31.530	(361.145)

O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2017, foi de R\$21 (R\$113 em 2016). Para o cálculo foram confrontados ativos e passivos financeiros indexados à inflação.

4.3.2. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2017 e 2016.

Descrição	2017										2016									
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros																				
Aplicações financeiras 1.215.206	482.309	134.330	2.140.569	52.767	347	4.025.528	4.028.615	3.087	4.028.615		Aplicações financeiras 1.072.015	403.160	529.785	1.409.200	272.664	345	3.687.169	3.684.895	(2.762)	3.684.895
Valor justo por meio do resultado	1.215.206	—	—	—	347	1.215.553	1.215.206	(347)	1											

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado. 5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado para venda	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2016	927.523	2.277.517	3.205.040
Aplicações	5.885.545	1.032.589	6.918.134
Rendimentos resgate	(95.859)	(164.681)	(260.540)
Principal resgate	(5.766.417)	(862.026)	(6.628.443)
Resultado financeiro	120.571	328.987	449.558
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	652	—	652
Ajuste no patrimônio líquido	—	494	494
Saldo em 31/12/2016	1.072.015	2.612.880	3.684.895

	Valor justo por meio do resultado para venda	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2016	1.072.015	2.612.880	3.684.895
Incorporação SulaSaúde	13.804	25.247	39.051
Aplicações	6.133.571	1.458.720	7.592.291
Rendimentos resgate	(103.246)	(283.732)	(386.978)
Principal resgate	(6.037.009)	(1.263.817)	(7.300.826)
Resultado financeiro	137.416	258.802	396.218
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1.345)	—	(1.344)
Ajuste no patrimônio líquido	—	5.309	5.309
Saldo em 31/12/2016	1.215.206	2.813.409	4.028.615

	Valor justo por meio do resultado para venda	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2016	1.072.015	2.612.880	3.684.895
Incorporação SulaSaúde	13.804	25.247	39.051
Aplicações	6.133.571	1.458.720	7.592.291
Rendimentos resgate	(103.246)	(283.732)	(386.978)
Principal resgate	(6.037.009)	(1.263.817)	(7.300.826)
Resultado financeiro	137.416	258.802	396.218
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1.345)	—	(1.344)
Ajuste no patrimônio líquido	—	5.309	5.309
Saldo em 31/12/2016	1.215.206	2.813.409	4.028.615

	VAR 95% DV01= 0,01%	2017
Prefixado	(6)	(5)
IPCA	103	41
Renda Variável	478	167
Outros	—	(61)
Total	575	142

	VAR 95% DV01= 0,01%	2016
Prefixado	38	(6)
IPCA	(55)	16
Renda Variável	472	—
Outros	—	37
Total	455	47

Os ativos referenciados a CDI e SELIC não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). 5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcões (B3). A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1**: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2**: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3**: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Nível 2: Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações do CDB das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precipitação de ativos; **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precipitação de ativos; **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os padrões de precipitação definidos em seu manual de marcação a mercado; e **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	—	1.215.206	1.215.206
Disponível para venda	2.518.154	295.255	2.813.409
Total	2.518.154	1.510.461	4.028.615

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	—	1.072.015	1.072.015
Disponível para venda	2.055.737	557.143	2.612.880
Total	2.055.737	1.629.158	3.684.895

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	—	1.215.206	1.215.206
Disponível para venda	2.518.154	295.255	2.813.409
Total	2.518.154	1.510.461	4.028.615

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	—	1.072.015	1.072.015
Disponível para venda	2.055.737	557.143	2.612.880
Total	2.055.737	1.629.158	3.684.895

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	—	1.215.206	1.215.206
Disponível para venda	2.518.154	295.255	2.813.409
Total	2.518.154	1.510.461	4.028.615

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	—	1.072.015	1.072.015
Disponível para venda	2.055.737	557.143	2.612.880
Total	2.055.737	1.629.158	3.684.895

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	—	1.215.206	1.215.206
Disponível para venda	2.518.154	295.255	2.813.409
Total	2.518.154	1.510.461	4.028.615

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde:

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Legenda:			12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:										Provisão de sinistros a liquidar e de provisão de sinistros orçados mas não avisados - IBNR para remissão Total					
Empresas			Principal atividade		Sede	2016												
						Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		Provisão para remissão						
			Ramo			Total		Total		Total		Total		Saldo em 31/12/2016	276.240	1.994.776	46.263	
(1) Santa Cruz Participações S.A. - (SANTA CRUZ)	Participação Operadora de Planos de Saúde	Rio de Janeiro	Saúde individual	88.792	294.289	99.744	4.343	487.168						Emissões	14.709.544	-	-	
(2) S.A. - (SULAMED)	Operadora de Planos de Saúde	São Paulo	Saúde grupal	186.809	1.123.185	472.932	41.920	1.824.846						Avisados/ alterações	-	10.961.384	31.777	
(3) Sul América Saúde Companhia de Seguros - (SULASAÚDE)	Operadora de Planos de Saúde	Rio de Janeiro	Odontológico	639	1.487	3.139	-	5.265						Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(946.437)	(10.808.616)	(28.459)	
(4) Previdência S.A. - (SULASEG)	Seguradora	Rio de Janeiro	Total	276.240	1.418.961	575.815	46.263	2.317.279						Prêmios ganhos	(13.716.158)	-	-	
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores	Gestão de Recursos de Terceiros	São Paulo	Circulante	276.240	1.403.991	575.815	24.383	2.280.429						Atualização monetária / juros	-	3.584	2.828	
(5) Mobilários S.A. - (SAM)			Não circulante	-	14.970	-	21.880	36.850						Variação do IBNR	-	143.899	-	
(6) Sul América Gestora de Recursos de Terceiros														Saldo em 31/12/2017	323.189	2.295.027	52.409	2.670.625
(7) Recursos S.A. (SAGA)														Circulante		52.409	2.615.919	
Sul América Odontológico S.A. - (SULAODONTO)	Operadora de Planos de Saúde Odontológico	São Paulo	Não circulante	-										Não circulante		54.706		
11. Intangível:																		
Custo	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)		Ramo	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão para remissão	Total										
Saldo em 01/01/2016	116.161		Saúde individual	94.963	296.320	123.636	3.761	518.680										
Adição	23.462		Saúde grupal	226.872	1.276.277	590.039	48.648	2.141.836										
Baixa	(4.639)		Odontológico	1.354	2.715	6.040	-	10.109										
Saldo em 31/12/2016	134.984		Total	323.189	1.575.312	719.715	52.409	2.670.625										
Amortização Acumulada			Circulante	323.189	1.548.973	719.715	24.042	2.615.919										
Saldo em 01/01/2016	(36.771)		Não circulante	-	26.339	-	28.367	54.706										
Baixa	4.639																	
Amortização	(14.418)																	
Saldo em 31/12/2016	(46.550)																	
Saldo residual em 31/12/2016	88.434																	
Vida útil estimada	5 e 10 anos																	
Custo	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)		Ramo	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão para remissão	Total										
Saldo em 31/12/2016	134.984		Saúde individual	94.963	296.320	123.636	3.761	518.680										
Adição	26.065		Saúde grupal	226.872	1.276.277	590.039	48.648	2.141.836										
Baixa	(1.960)		Odontológico	1.354	2.715	6.040	-	10.109										
Saldo em 31/12/2017	159.089		Total	323.189	1.575.312	719.715	52.409	2.670.625										
Amortização Acumulada			Circulante	323.189	1.548.973	719.715	24.042	2.615.919										
Saldo em 31/12/2016	(46.550)		Não circulante	-	26.339	-	28.367	54.706										
Baixa	1.822																	
Amortização	(14.915)																	
Saldo em 31/12/2017	(59.643)																	
Saldo residual em 31/12/2017	99.446																	
Vida útil estimada	5 e 10 anos																	
(a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares: Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infra-estrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site da Companhia, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional.																		
13. Partes relacionadas: 13.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:																		
Descrição	Categoria	Controladora	Ativo	Passivo	2017	2016	2017	2016	Descrição	Categoria	Controladora	Ativo	Passivo	2017	2016	Receita	Despesa	
					2017	2016	2017	2016						2017	2016	2017	2016	
Sul América S.A. (b) (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	27.190	30.350			Sul América S.A. (b) (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	
Saepar Serviços e Participações S.A. (c)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1.231	1.266	-	-			Saepar Serviços e Participações S.A. (c)	Controladora indireta	Sul América S.A.	-	-	-	-	-	-	
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (f) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	47	24	183	195			Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (f) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	283	283	(2.219)	(2.039)			
Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (c) (f) (g)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	606	389	371	395			Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (c) (f) (g)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	251	251	(4.505)	(4.140)			
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c) (e) (f) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	6.771	22.063	486	390			Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c) (e) (f) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1913	1926	(4.516)	(3.446)			
Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (f)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	2.052	706	5.417	135			Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (f)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	7547	7096	(11.248)	(11.476)			
Sul América Saúde Companhia de Seguro (a) (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	815	-	262			Sul América Saúde Companhia de Seguro (a) (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-			
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a) (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	21.776	-	-	-			Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a) (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-			
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	8.944	2.285	12.881	7.108			Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	936	880	(14.386)	(7.917)			
Sul América Odontológico S.A. (a) (c) (f)	Controlada	Sul América Compan																

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Descrição	2017	2016	18. Débitos diversos:	2017	2016																																																																														
Fiscais	847.694	721.261	Depósitos de terceiros (a)	18.433	16.188	até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder montante do capital social.																																																																													
Cíveis	71.466	46.523	Honorários a pagar	45	45	Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos.																																																																													
Trabalhistas	5.402	4.180	Outras obrigações com pessoal	96.112	84.411	19.5. Ajustes de avaliação patrimonial: A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e de controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido próprio e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.																																																																													
Total	924.562	771.964	Aluguel a pagar	10.737	5.259	19.6. Dividendos: De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção dos dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.																																																																													
Apesar de compreender ações fiscais com probabilidade de perda possível, o valor de R\$483.903 (R\$386.342 em 2016) está provisionado por se referir, basicamente, à obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$363.791 (R\$334.919 em 2016) é composta, principalmente, por: (i) autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora SLT Participações S.A. nos anos calendários 2005, 2006 e 2007; (ii) processos referentes a discussão sobre a base de cálculo do PIS e COFINS; e (iii) compensações não homologadas pela Receita Federal em discussão na esfera administrativa.																																																																																			
16. Refinanciamento fiscal - REFIS: Em 31/12/2013, a Companhia aderiu à reabertura do REFIS, promovida pela Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar valores relativos à CSLL, IRPJ, INSS e multas aplicadas pela ANS e resarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial. O parcelamento previa o pagamento em até 30 parcelas iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC. O montante total das obrigações na data da adesão foi de R\$18.312, no qual está compreendido o valor de R\$5.783 (líquido da redução dos benefícios) registrado no passivo circulante. Adicionalmente, em 04/2016 a Companhia realizou o pagamento da última parcela, permanecendo pendentes de conversão em renda os depósitos relativos às discussões de INSS, multas aplicadas pela ANS e resarcimento ao SUS. Os valores de CSLL e IRPJ foram integralmente quitados. Em julho de 2014, a Companhia aderiu à reabertura do REFIS estabelecida pela Lei 12.973, com o objetivo de pagar com depósito, valores relativos à IRPJ e CSLL, que estavam em discussão na esfera judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluído nesse REFIS, foi de R\$5.796 (líquido da redução dos benefícios previstos), que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em 2016, houve a conversão em renda e levantamento dos depósitos judiciais, relacionados ao processo 201151010173907 e conversão em renda dos depósitos relativos ao processo 9700881067. Em 07/2017, a Companhia realizou o levantamento de parte dos depósitos judiciais relativos ao processo 9700881067 e aguarda o levantamento do saldo remanescente. Em relação ao processo 9600191948, a Companhia aguarda a conversão em renda e o levantamento dos valores depositados. Em 16/11/2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização de Débitos não Tributários – PRD instituído pela Medida Provisória (MP) nº 780, convertida na Lei 13.494/2017, com o escopo de parcelar valores relativos a débitos oriundos de multas aplicadas pela ANS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e judicial. O parcelamento prevê o pagamento de 60 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC, sendo que o pagamento da 1ª parcela corresponde a 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o parcelamento do restante contou com redução de 60% dos juros e da multa de mora. O montante total na data da adesão foi de R\$19.861, e que será pago por meio de guias expedidas mensalmente. As obrigações estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" no passivo circulante e na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher", subitem "Parcelamento de tributos e contribuições" no passivo não circulante. Em 31/12/2017, o montante registrado é de R\$5.933 (R\$4.370 em 2016) no passivo circulante e R\$11.963 no passivo não circulante.																																																																																			
17. Empréstimos e financiamentos: A Companhia efetuou, em 07/2016, uma operação de Arrendamento Mercantil Financeiro de software e equipamentos e processamento de dados no montante de R\$5.457, pelo prazo de 42 meses, sem garantias e com taxa de juros de 16% a.a.. Em 31/12/2017, os montantes estão registrados na rubrica "Empréstimos e financiamentos a pagar", sendo R\$1.161 (R\$999 em 2016) no passivo circulante e R\$1.930 (R\$3.091 em 2016) no passivo não circulante.																																																																																			
20.2. Sinistros ocorridos:																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Antes da Lei (a)</th> <th>Após a Lei (a)</th> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> </tr> <tr> <th>Descrição</th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consultas</td> <td>(93.819)</td> <td>(48.282)</td> <td>(861.411)</td> <td>(261.346)</td> <td>(955.230)</td> <td>(309.628)</td> </tr> <tr> <td>Exames</td> <td>(238.053)</td> <td>(13.840)</td> <td>(1.856.504)</td> <td>(75.862)</td> <td>(2.094.557)</td> <td>(89.702)</td> </tr> <tr> <td>Terapias</td> <td>(103.926)</td> <td>(3.539)</td> <td>(415.761)</td> <td>(12.555)</td> <td>(519.687)</td> <td>(16.094)</td> </tr> <tr> <td>Internações</td> <td>(886.770)</td> <td>(55.421)</td> <td>(4.322.469)</td> <td>(305.326)</td> <td>(5.209.239)</td> <td>(360.747)</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(179.216)</td> <td>(39.209)</td> <td>(835.808)</td> <td>(195.688)</td> <td>(1.015.024)</td> <td>(234.897)</td> </tr> <tr> <td>Subtotal</td> <td>(1.501.784)</td> <td>(160.291)</td> <td>(8.291.953)</td> <td>(850.777)</td> <td>(9.793.737)</td> <td>(1.011.068)</td> </tr> <tr> <td>SUS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(9.174)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(10.813.979)</td> </tr> </tbody> </table>								Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)		2017	2016		Descrição	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	Consultas	(93.819)	(48.282)	(861.411)	(261.346)	(955.230)	(309.628)	Exames	(238.053)	(13.840)	(1.856.504)	(75.862)	(2.094.557)	(89.702)	Terapias	(103.926)	(3.539)	(415.761)	(12.555)	(519.687)	(16.094)	Internações	(886.770)	(55.421)	(4.322.469)	(305.326)	(5.209.239)	(360.747)	Outros	(179.216)	(39.209)	(835.808)	(195.688)	(1.015.024)	(234.897)	Subtotal	(1.501.784)	(160.291)	(8.291.953)	(850.777)	(9.793.737)	(1.011.068)	SUS						(9.174)	Total						(10.813.979)							
	Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)		2017	2016																																																																														
Descrição	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso																																																																													
Consultas	(93.819)	(48.282)	(861.411)	(261.346)	(955.230)	(309.628)																																																																													
Exames	(238.053)	(13.840)	(1.856.504)	(75.862)	(2.094.557)	(89.702)																																																																													
Terapias	(103.926)	(3.539)	(415.761)	(12.555)	(519.687)	(16.094)																																																																													
Internações	(886.770)	(55.421)	(4.322.469)	(305.326)	(5.209.239)	(360.747)																																																																													
Outros	(179.216)	(39.209)	(835.808)	(195.688)	(1.015.024)	(234.897)																																																																													
Subtotal	(1.501.784)	(160.291)	(8.291.953)	(850.777)	(9.793.737)	(1.011.068)																																																																													
SUS						(9.174)																																																																													
Total						(10.813.979)																																																																													
(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei 9.656/1998.																																																																																			
20.3. Despesas de comercialização:																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> </tr> <tr> <th>Descrição</th> <th></th> <th></th> <th></th> <th>Antes da Lei (a)</th> <th>Após a Lei (a)</th> <th></th> </tr> <tr> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sobre prêmios</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(690.634)</td> <td>(626.700)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sobre agenciamento</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(305.750)</td> <td>(235.775)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Variação de despesas de comercializações diferidas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>125.760</td> <td>82.155</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(870.624)</td> <td>(780.320)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>								2017	2016		2017	2016		Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)			Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso		Sobre prêmios				(690.634)	(626.700)		Sobre agenciamento				(305.750)	(235.775)		Variação de despesas de comercializações diferidas				125.760	82.155		Total				(870.624)	(780.320)																													
	2017	2016		2017	2016																																																																														
Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)																																																																														
	Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso																																																																														
Sobre prêmios				(690.634)	(626.700)																																																																														
Sobre agenciamento				(305.750)	(235.775)																																																																														
Variação de despesas de comercializações diferidas				125.760	82.155																																																																														
Total				(870.624)	(780.320)																																																																														
20.4. Despesas administrativas:																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> </tr> <tr> <th>Descrição</th> <th></th> <th></th> <th></th> <th>Antes da Lei (a)</th> <th>Após a Lei (a)</th> <th></th> </tr> <tr> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pessoal próprio</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(371.000)</td> <td>(331.370)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Incentivos em ações</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(5.219)</td> <td>(7.809)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(166.759)</td> <td>(149.842)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Localização e funcionamento</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(81.815)</td> <td>(96.385)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas com tributos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(18.066)</td> <td>(9.444)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(117.834)</td> <td>(74.537)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(760.693)</td> <td>(669.387)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>								2017	2016		2017	2016		Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)			Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso		Pessoal próprio				(371.000)	(331.370)		Incentivos em ações				(5.219)	(7.809)		Serviços de terceiros				(166.759)	(149.842)		Localização e funcionamento				(81.815)	(96.385)		Despesas com tributos				(18.066)	(9.444)		Outras				(117.834)	(74.537)		Total				(760.693)	(669.387)								
	2017	2016		2017	2016																																																																														
Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)																																																																														
	Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso																																																																														
Pessoal próprio				(371.000)	(331.370)																																																																														
Incentivos em ações				(5.219)	(7.809)																																																																														
Serviços de terceiros				(166.759)	(149.842)																																																																														
Localização e funcionamento				(81.815)	(96.385)																																																																														
Despesas com tributos				(18.066)	(9.444)																																																																														
Outras				(117.834)	(74.537)																																																																														
Total				(760.693)	(669.387)																																																																														
Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> </tr> <tr> <th>Descrição</th> <th></th> <th></th> <th></th> <th>Antes da Lei (a)</th> <th>Após a Lei (a)</th> <th></th> </tr> <tr> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Remunerações</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(188.993)</td> <td>(170.025)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Encargos sociais</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(70.428)</td> <td>(62.899)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Indenizações e rescisões</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(9.299)</td> <td>(7.206)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vale alimentação, refeição e transporte</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(36.747)</td> <td>(32.079)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Seguro de vida, saúde e odontológico</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(16.430)</td> <td>(9.540)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros benefícios</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(10.355)</td> <td>(10.407)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(332.252)</td> <td>(292.156)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>								2017	2016		2017	2016		Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)			Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso		Remunerações				(188.993)	(170.025)		Encargos sociais				(70.428)	(62.899)		Indenizações e rescisões				(9.299)	(7.206)		Vale alimentação, refeição e transporte				(36.747)	(32.079)		Seguro de vida, saúde e odontológico				(16.430)	(9.540)		Outros benefícios				(10.355)	(10.407)		Total				(332.252)	(292.156)								
	2017	2016		2017	2016																																																																														
Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)																																																																														
	Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso																																																																														
Remunerações				(188.993)	(170.025)																																																																														
Encargos sociais				(70.428)	(62.899)																																																																														
Indenizações e rescisões				(9.299)	(7.206)																																																																														
Vale alimentação, refeição e transporte				(36.747)	(32.079)																																																																														
Seguro de vida, saúde e odontológico				(16.430)	(9.540)																																																																														
Outros benefícios				(10.355)	(10.407)																																																																														
Total				(332.252)	(292.156)																																																																														
20.5. Outras despesas operacionais: Em 31/12/2017, as "Outras despesas operacionais," no montante de R\$385.882 (R\$349.718 em 2016), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde," no montante de R\$358.365 (R\$336.080 em 2016) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora," no montante de R\$27.517 (R\$13.638 em 2016), compostos da seguinte forma:																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> </tr> <tr> <th>Descrição</th> <th></th> <th></th> <th></th> <th>Antes da Lei (a)</th> <th>Após a Lei (a)</th> <th></th> </tr> <tr> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas com operações de seguros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(2.436)</td> <td>(7.425)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(119.292)</td> <td>(105.595)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Serviços técnicos de seguros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(38.482)</td> <td>(22.577)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(93.496)</td> <td>(82.865)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas com cobrança de seguros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(132.176)</td> <td>(131.256)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(385.882)</td> <td>(349.718)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>								2017	2016		2017	2016		Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)			Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso		Despesas com operações de seguros				(2.436)	(7.425)		Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros				(119.292)	(105.595)		Serviços técnicos de seguros				(38.482)	(22.577)		(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito				(93.496)	(82.865)		Despesas com cobrança de seguros				(132.176)	(131.256)		Total				(385.882)	(349.718)															
	2017	2016		2017	2016																																																																														
Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)																																																																														
	Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso																																																																														
Despesas com operações de seguros				(2.436)	(7.425)																																																																														
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros				(119.292)	(105.595)																																																																														
Serviços técnicos de seguros				(38.482)	(22.577)																																																																														
(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito				(93.496)	(82.865)																																																																														
Despesas com cobrança de seguros				(132.176)	(131.256)																																																																														
Total				(385.882)	(349.718)																																																																														
20.6. Resultado financeiro líquido:																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> </tr> <tr> <th>Descrição</th> <th></th> <th></th> <th></th> <th>Antes da Lei (a)</th> <th>Após a Lei (a)</th> <th></th> </tr> <tr> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Títulos e valores mobiliários</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>396.218</td> <td>449.558</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor justo por meio do resultado</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>137.416</td> <td>120.571</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Disponível para venda</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>258.802</td> <td>328.987</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Operações de seguros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>49.244</td> <td>45.478</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(22.269)</td> <td>10.465</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros de mora</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(34)</td> <td>–</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>20.894</td> <td>41.852</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>444.053</td> <td>547.353</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>								2017	2016		2017	2016		Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)			Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso		Títulos e valores mobiliários				396.218	449.558		Valor justo por meio do resultado				137.416	120.571		Disponível para venda				258.802	328.987		Operações de seguros				49.244	45.478		Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais				(22.269)	10.465		Juros de mora				(34)	–		Outros				20.894	41.852		Total				444.053	547.353	
	2017	2016		2017	2016																																																																														
Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)																																																																														
	Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso																																																																														
Títulos e valores mobiliários				396.218	449.558																																																																														
Valor justo por meio do resultado				137.416	120.571																																																																														
Disponível para venda				258.802	328.987																																																																														
Operações de seguros				49.244	45.478																																																																														
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais				(22.269)	10.465																																																																														
Juros de mora				(34)	–																																																																														
Outros				20.894	41.852																																																																														
Total				444.053	547.353																																																																														
Receitas financeiras:																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th></th> </tr> <tr> <th>Descrição</th> <th></th> <th></th> <th></th> <th>Antes da Lei (a)</th> <th>Após a Lei (a)</th> <th></th> </tr> <tr> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> <th>Rede contratada</th> <th>Reembolso</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valorização de cotas de fundos de investimentos</td> <td></td> <td></td> <td</tr></tbody></table>		2017	2016		2017	2016		Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)			Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso		Valorização de cotas de fundos de investimentos																																																													
	2017	2016		2017	2016																																																																														
Descrição				Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)																																																																														
	Rede contratada	Reembolso		Rede contratada	Reembolso																																																																														
Valorização de cotas de fundos de investimentos																																																																																			

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia de Seguro Saúde, Rio de Janeiro - RJ.

Opição: Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguro Saúde em 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Sómos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de

que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

Deloitte.DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJRoberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

CONTAS FEDERAIS

Governo central registrou superávit primário de R\$ 31,069 bi em janeiro

Resultado obtido foi o melhor desempenho para o mês da série histórica, que teve início em 1997

Ajudado pelo crescimento das receitas, o governo central registrou um superávit primário de R\$ 31,069 bilhões em janeiro, o melhor desempenho para o mês da série histórica, que teve início em 1997.

O resultado, que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, sucede o déficit de R\$ 21,029 bilhões de dezembro. Em janeiro de 2017, o resultado havia sido um superávit de R\$ 18,005 bilhões.

O resultado de janeiro ficou acima das expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um superávit de R\$ 24,500 bilhões. O dado do mês passado ficou acima até do intervalo das estimativas, que foram de superávit de R\$ 17,000 bilhões a R\$ 31,100 bilhões.

Em 12 meses, o governo central apresenta um déficit de R\$ 113,6 bilhões - equivalente a 1,69% do PIB. Para este ano, a meta fiscal admite um déficit de até R\$ 159 bilhões nas contas do governo central.

As contas do Tesouro Nacional - incluindo o Banco Central - registraram um superávit primário de R\$ 45,523 bilhões em janeiro. Em janeiro, o Banco Central teve um déficit de R\$ 173 milhões. Já o resultado do INSS registrou no mês passado um déficit de R\$ 14,454 bilhões, o pior resultado para o mês da série histórica, que tem início em 1997.

O resultado de janeiro representa alta real de 10,7% nas receitas em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas também cresceram acima da inflação, com alta de 1,6%. O caixa do governo federal recebeu R\$ 3,6 milhões em dividendos pagos



Secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, atribui o superávit ao resultado positivo das receitas registrado no mês e também a fatores sazonais

pelas empresas estatais em janeiro, cifra 94,1% menor do que em igual mês do ano passado, já descontada a inflação.

Já as receitas com concessões totalizaram R\$ 423,6 milhões em janeiro, alta real de 17,0% ante o primeiro mês de 2017. Os investimentos do governo federal tiveram alta nominal de 24,2% em janeiro de 2018, para R\$ 1,489 bilhão no primeiro mês de 2018.

O maior volume, no entanto, veio de restos a pagar - despesas de anos anteriores que foram transferidas para o exercício deste ano -, que foram R\$ 1,487 bilhão.

Os investimentos no Programa de Aceleração Econômica (PAC)

somaram R\$ 688 milhões em janeiro, queda real de 14,7% ante igual mês do ano passado. As despesas do governo atingiram 7,39% do teto de gastos no primeiro mês do ano. Neste ano, as despesas sujeitas ao teto de gastos aprovado pela Emenda Constitucional 95 têm um limite de crescimento de 3%.

Diferentemente dos meses anteriores, o Tesouro Nacional não divulgou a taxa de crescimento dessas despesas em janeiro.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, atribuiu o superávit ao resultado positivo das receitas registrado no mês e também a fatores sazonais. O ingresso

de recursos foi ajudado pelos pagamentos do Refis, pelo aumento do PIS/Cofins de combustíveis, que teve a alíquota elevada no ano passado, e pela melhora da atividade econômica.

Além disso, a secretária ressaltou o comportamento sazonal da arrecadação em janeiro, quando é feito o pagamento de tributos como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a participação especial de royalties. Ana Paula lembrou que parte dessas receitas será transferida para Estados e municípios em fevereiro. "É uma boa notícia para os entes sub-

nacionais", afirmou.

A secretaria também destacou que o resultado do Tesouro Nacional de R\$ 45,523 bilhões foi o melhor da série histórica para o mês de janeiro, enquanto o déficit alcançado pela Previdência foi de R\$ 14,454 bilhões, o pior da série, que tem início em 1997. Ela ressaltou o aumento das despesas obrigatórias, que crescerão R\$ 60 bilhões neste ano, em um momento em que as despesas discricionárias estão em um patamar bastante baixo. "Há uma trajetória de crescimento baseada em regras de reajuste automático", acrescentou.

Ana Paula destacou ainda o crescimento dos benefícios previdenciários, que subiram R\$ 1,9 bilhão em janeiro. Por outro lado, as despesas com subsídios caíram R\$ 3,19 bilhões, com a redução de pagamentos do Programa de Sustentação do Investimento, do BNDES e de crédito rural.

Ana Paula disse que há uma tendência de redução de restos a pagar nos próximos anos. Ela ressaltou que foram pagos R\$ 40 bilhões em restos a pagar em janeiro, ante R\$ 38 bilhões em janeiro de 2017, restando R\$ 4,8 bilhões de restos a pagar processados para 2018.

Há ainda um estoque de R\$ 96 bilhões em restos a pagar não processados, que são despesas vinculadas a orçamentos anteriores, mas que ainda não foram executadas. "Há uma tendência natural de redução de restos a pagar ao longo dos próximos anos em função da redução das despesas e do novo regime fiscal. Em anos anteriores, abria-se um orçamento muito elevado para investimentos, que não era executado. Invertemos essa tendência", afirmou.

TESOURO

Ana Paula afirma ser possível que haja 'fricções' mês a mês na regra de ouro

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse ontem que é possível ocorrer "fricções" no acompanhamento da regra de ouro ao longo do ano. Em 12 meses até janeiro, a União registrou uma insuficiência de R\$ 24,2 bilhões no cumprimento da norma, que impede a emissão de dívidas para pagar despesas correntes. "A insuficiência é pontual e não nos leva a nenhuma consideração prévia", disse Ana Paula.

A secretária ressaltou ainda que a avaliação do cumprimento da regra constitucional é feita em base anual. "As medidas para cumprir a regra de ouro no ano estão sendo endereçadas e serão suficientes", assegurou. O governo

conta com uma devolução de R\$ 130 bilhões de recursos do BNDES para ajudar neste ano.

Segundo Ana Paula, a extinção do Fundo Soberano também terá um papel importante para a regra de ouro em 2018, uma vez que fornecerá mais fontes de financiamento para as despesas do governo. "Temos também uma revisão importante de restos a pagar (despesas de anos anteriores) não processados", mencionou.

Para 2019, o governo ainda está numa encruzilhada, já que não pode alterar a Constituição para flexibilizar a regra de ouro

(devido à intervenção na segurança do Rio de Janeiro), e precisa mostrar já no envio do Orçamento de 2019 como vai cumprir a norma. "Temos esforço de avaliação jurídica. O Ministério do Planejamento está analisando medidas de caráter jurídico e permitir o envio do Orçamento de 2019", disse.

A secretária disse ainda que tem feito o cancelamento dos restos a pagar (RAP) não processados "de acordo com as normas legais". Em anos anteriores, parlamentares pressionaram o governo para adiar o cancelamento de emendas parlamentares inscritas em RAP, o que impede a redução dessa conta. O Poder Executivo vai redu-

zir seus gastos em R\$ 2,1 bilhões neste ano para compensar as despesas além do teto de outros poderes em 2018, disse Ana Paula.

Segundo ela, o valor corresponde a 0,16% das despesas sujeitas ao limite do Executivo, menos do que o permitido pela regra do teto (0,25%), o que aponta que já existe um ajuste nas contas.

A regra de compensação é válida por três anos e foi desenhada para acomodar crescimento de gastos em poderes como Legislativo e Judiciário já previstos e autorizados antes da aprovação do teto de gastos. Entre esses gastos estão os reajustes salariais de servidores.

Este é o segundo ano de com-

pensação do teto. A regra ainda poderá ser acionada por mais um ano, em 2019.

A secretária do Tesouro Nacional não quis fazer comentários sobre a investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as operações de crédito concedidas pela Caixa Econômica Federal a Estados e municípios sem garantia da União.

Ana Paula é presidente do Conselho de Administração da Caixa. O órgão colegiado foi o que mandou o banco suspender essas operações. A secretária, porém, disse que não comentaria porque, segundo ela, as transações de crédito não têm garantia do Tesouro Nacional.